



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
COLEGIADO DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

NAARA CAROL COSTA ALVES

**IMPLICAÇÕES DO AFASTAMENTO FAMILIAR NOS SENTIMENTOS DE
MENINAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

PETROLINA- PE

2021

NAARA CAROL COSTA ALVES

**IMPLICAÇÕES DO AFASTAMENTO FAMILIAR NOS SENTIMENTOS DE
MENINAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Petrolina, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira

PETROLINA- PE

2021

Dados Internacionais de Catalogação - CIP

A474i Alves, Naara Carol Costa

Implicações do afastamento familiar nos sentimentos de meninas em situação de acolhimento institucional / Naara Carol Costa Alves. – Petrolina, 2020.

viii, 44f.: il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira.

Inclui referências.

1. Psicologia infantil. 2. Crianças – acolhimento institucional. 3. Maus tratos. 4. Desenvolvimento infantil. 5. Família – aspectos psicológicos. I. Título. II. Lira, Margaret Olinda de Souza Carvalho e. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 155.4

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UNIVASF.
Bibliotecária: Louise Machado Freire Dias CRB – 4/2267.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
COLEGIADO DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

NAARA CAROL COSTA ALVES

IMPLICAÇÕES DO AFASTAMENTO FAMILIAR NOS SENTIMENTOS DE MENINAS
EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia, pela Universidade Federal
do Vale do São Francisco.

Aprovada em: 26 de fevereiro de 2021.

Banca Examinadora

Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira

Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira
Doutora em Enfermagem, Colegiado de Enfermagem/UNIVASF

Sônia Lorena Soeiro Argôllo Fernandes

Sônia Lorena Soeiro Argôllo Fernandes
Doutora em Filosofia, Saúde e Sociedade, Colegiado de Enfermagem / UNIVASF

Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Doutor em Educação, Colegiado de Psicologia/UNIVASF

À todas as meninas que vivenciam a violência doméstica.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo deste mestrado, muitos foram aqueles que, de forma direta ou indireta, fizeram parte da caminhada. São muitos aqueles que em gestos e palavras fizeram parte de tudo isto e sou extremamente grata por cada demonstração de carinho e atenção.

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar saúde e sabedoria para seguir com minhas escolhas.

Agradeço grandemente,

À minha mãe, Luciene, por ser fonte de amor e força em cada passo da minha vida. Por toda sua dedicação a mim. Por você tento ser melhor, a cada dia, em tudo que faço.

Ao meu irmão, Elizeu, por ser companheiro e me aguentar nos dias mais difíceis.

Aos meus amados: tia Cláudia, tio Júnior, Mari e Alice, por serem a família que o meu coração escolheu. Obrigada por todo amor, apoio e cuidado durante todos esses anos.

Ao Alexandre, obrigada amor, por ser o meu melhor amigo, melhor companheiro e namorado desse mundo. Grata por cada palavra de incentivo, pela paciência e parceria nessa jornada.

À minha companheira de mestrado, Gabriela Paixão, grata pela sua amizade. Juntas passamos por todo esse processo, sorrimos, choramos, nos desesperamos, mas sabíamos que sempre poderíamos contar uma com a outra. Conseguimos, amiga!

À minha orientadora, Margaret, por sua dedicação e paciência. Esse trabalho não seria possível sem a senhora. Obrigada por tudo, por ser exemplo de profissional e mulher para todas nós, por sua delicadeza, força e sabedoria.

Aos meus amigos da Terapia Sub, Grace, Armida, Karielle, Carol, Tharcísio e Gilmara. Gratidão por serem meu ponto de equilíbrio em tantos momentos, por serem cuidado e afeto nessa vida.

A todos os meus familiares e amigos que de alguma forma me apoiaram, incentivaram e cuidaram nessa jornada.

Agradeço, imensamente, a todas as meninas que me aceitaram em seu convívio, que confiaram a mim suas histórias e suas dores. A todas todo o meu carinho e respeito.

Enfim, agradeço por concluir mais essa etapa da minha vida profissional, etapa essa que me proporcionou um aprendizado imensurável e me fez evoluir quanto pessoa.

RESUMO

A adoção de estratégias destrutivas para a resolução dos desentendimentos conjugais constituem ameaça à segurança e ao pleno desenvolvimento na infância, uma vez que conviver em um ambiente familiar de constantes agressões, perceber ou testemunhar episódios de violência entre os pais é uma forma de violência contra a criança ou adolescente, expostos a diferentes expressões de violência, que a depender da gravidade, podem resultar em medida judicial extrema que determina o acolhimento institucional. O presente estudo teve o objetivo de compreender implicações do afastamento familiar nos sentimentos de meninas institucionalizadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida na cidade de Petrolina - PE, Brasil, realizada com sete meninas que se encontravam em situação de acolhimento em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, devido a histórico de severas agressões entre os pais. Os dados foram obtidos pelo Método de Pesquisa Cuidado em Grupo e Observação Participante, organizados pelo Método do Discurso do Sujeito Coletivo e discutidos à luz da literatura vigente sobre a temática. Os Discursos Coletivos demonstraram sentimento de tristeza, baixa autoestima, revolta, agressividade, dificuldade nos relacionamentos, depressão, além do histórico de automutilação. Diante dos resultados, conclui-se que o afastamento do ambiente familiar, motivado pela exposição a reiteradas agressões pelo parceiro doméstico das suas mães (pai ou padrasto), impactou negativamente no desenvolvimento social e psicológico de meninas institucionalizadas. A pesquisa recomenda que, durante o tempo de acolhimento, as instituições busquem minimizar as necessidades que emergem dessas meninas, proporcionando-lhes suporte afetivo.

Palavras-chave: Criança Institucionalizada. Maus-tratos Conjugais. Desenvolvimento Infantil. Saúde da Criança Institucionalizada.

ABSTRACT

The adoption of destructive strategies to resolve marital disagreements is a threat to security and full development in childhood, since living in a family environment of constant aggression, perceiving or witnessing episodes of violence between parents is a form of violence against children, child or adolescent, exposed to different expressions of violence, which depending on the severity, they can result in an extreme judicial measure that determines institutional sheltering. The present study aimed to understand the implications of family distance on the feelings of institutionalized girls. This is a qualitative research carried out in the city of Petrolina - PE, Brazil, carried out with seven girls who were in a shelter in a institutional sheltering for children and adolescents in vulnerable situations, due to a history of severe aggressions among parents. The data were obtained by the Research Method Group Care and Participant Observation, organized by the Collective Subject Discourse Method and discussed in the light of the current literature on the subject. The Collective Discourses demonstrated feelings of sadness, low self-esteem, revolt, aggression, difficulty in relationships, depression, in addition to a history of self-mutilation. In view of the results, it is concluded that the distance from the family environment, motivated by the exposure to repeated aggressions by the domestic partner of their mothers (father or stepfather), had a negative impact on the social and psychological development of institutionalized girls. The research recommends that, during the reception time, institutions seek to minimize the needs that emerge from these girls, providing them with affective support.

Keywords: Institutionalized Child. Spouse Abuse. Child Development. Institutionalized Child Health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE CONJUGALIDADE E ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO	12
2.2 IMPLICAÇÕES DOS CONFLITOS CONJUGAIS NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E COMPORTAMENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	14
2.3 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E SUAS REPERCUSSÕES NOS VÍNCULOS AFETIVOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17
3 MATERIAL E MÉTODOS	20
3.1 DELINEAMENTO	20
3.2 LOCAL DE DESENVOLVIMENTO E CENÁRIO DE COLETA DOS DADOS	20
3.3 AS PARTICIPANTES	20
3.4 DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE OBTENÇÃO DOS DADOS E APROXIMAÇÃO COM O CAMPO DE PESQUISA	20
3.5 MÉTODO DE PESQUISA CUIDADO EM GRUPO	21
3.6 ORGANIZAÇÃO DO CENÁRIO PARA A COLETA DOS DADOS ATRAVÉS DO CUIDADO EM GRUPO	22
3.7 ENCONTROS CUIDADO EM GRUPO	23
3.8 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	25
3.9 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	26
4 RESULTADOS	28
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES	28
4.2 NOTAS DE UM DIÁRIO DE CAMPO	28
4.3 ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO – INTERAÇÕES CUIDADO EM GRUPO	30
5 DISCUSSÃO	34
6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA DESENVOLVIDA	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Severos desentendimentos entre os pais constituem ameaça à segurança e ao pleno desenvolvimento na infância, uma vez que, conviver em um ambiente familiar de constantes agressões e testemunhar episódios de violência entre os pais é uma forma de violência, e amplia as chances de crianças e adolescentes sofrerem maus-tratos. Nessas circunstâncias a família põem em risco a proteção, e o ambiente doméstico passa a se configurar um espaço de violação aos direitos de crianças e adolescentes, no qual a maior parte delas entra em contato pela primeira vez com diferentes formas de violência (Calvinho, 2016).

Neste sentido, muitos meninos e meninas estão expostos a inúmeras expressões de maus tratos, como os diferentes tipos de negligência, agressão física e abuso sexual. Todos esses exemplos representam violação de direitos que podem ser cometidos pela família e a depender da gravidade, conforme diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (Lei n. 8069, 1990) podem resultar em decisão judicial extrema, que determina o encaminhamento da criança ou adolescente para instituições de acolhimento, que são espaços de proteção e cuidado assegurados por lei (Guedes & Scarcelli, 2014).

Contudo é importante ressaltar que apesar de necessário, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes tem caráter provisório com breve permanência na instituição (Souza & Brito, 2019), cuja permanência não deve se prolongar por mais de dezoito meses, conforme estabelece a Lei n. 13.257 (2016). Não obstante, mesmo que ocorra por curto espaço de tempo, o acolhimento institucional pode trazer prejuízos ao desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

De acordo com o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, existem no Brasil mais de 47 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Dessas, 1.424 encontram-se institucionalizadas no estado de Pernambuco, por abandono e maus-tratos no ambiente doméstico, muitos desses casos associados ao testemunho de graves desentendimentos entre os pais (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2017) o que direta ou indiretamente ameaça a segurança e finda na decisão de afastamento da (o) menina (o) do convívio da família.

A aproximação com este tema surgiu da vinculação ao projeto integrado, estilo guarda-chuva intitulado “Conflitos conjugais: estudo de repercussões no comportamento de mães e filhos e o suporte social disponível” que se propôs a investigar repercussões dos conflitos conjugais na convivência familiar e no comportamento de mães e dos seus filhos, crianças e adolescentes. Trata-se de uma proposta de trabalho articulada e desenvolvida por meio de subprojetos que originaram Trabalhos de Conclusão de Curso, Projetos de Iniciação Científica, Projetos de Extensão e Dissertações de Mestrado.

Diante dessa problemática que envolve meninas acolhidas em instituições, devido à insegurança no ambiente familiar, buscou-se encontrar respostas para o seguinte questionamento: quais as implicações do afastamento do convívio familiar para meninas em decorrência da violação dos seus direitos associada aos conflitos entre os pais, ou entre a mãe e seu parceiro íntimo?

Partiu-se do pressuposto que o acolhimento institucional de meninas resulta no afastamento involuntário dos seus laços afetivos e familiares, e mobiliza sentimentos relacionados aos motivos que o ocasionaram e às suas expectativas de vida futura. E em paralelo se fortaleceu durante o processo a motivação de abordar o objeto de estudo a partir da perspectiva dessas meninas, e assim poder ter um melhor direcionamento no cuidar enquanto método de pesquisa.

Desta maneira, diante das singularidades relacionadas aos motivos que ocasionaram o distanciamento do convívio familiar, este trabalho teve o objetivo de compreender implicações do afastamento familiar nos sentimentos de meninas em acolhimento institucional. Seus objetivos específicos foram: descrever sentimentos expressos diante do afastamento familiar ocasionado pela vivência de conflitos conjugais entre os pais; apreender mecanismos de resistência, utilizados diante da vivência de conflitos conjugais entre os pais e entender expectativas futuras, após o acolhimento institucional e às suas expectativas de vida futura.

Os resultados têm relevância social, considerando que auxiliarão na visibilidade e compreensão do problema e subsidiarão teoricamente equipes interprofissionais no planejamento de suporte a crianças e adolescentes institucionalizadas, em decorrência de severos desentendimentos entre os pais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para compreender o objeto de estudo, a revisão de literatura pautou-se nos itens: Conflitos nas relações de Conjugalidade e estratégias de resolução, Implicações dos conflitos conjugais no desenvolvimento emocional e comportamental de crianças e adolescentes e Acolhimento Institucional e repercussões nos vínculos afetivos de crianças e adolescentes

2.1 CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE CONJUGALIDADE E ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos sobre os conflitos conjugais vêm crescendo, mostrando que se trata de eventos complexos, com diversos motivos e níveis de desentendimento, efeitos gerados e formas múltiplas de solução (Costa, Cenci & Mosmann, 2016).

Para alguns pesquisadores, os impasses no dia-a-dia de um casal são inerentes à convivência e podem ocorrer por diversos motivos, como problemas financeiros, sexuais, infidelidade, criação dos filhos, problemas no trabalho, questões de saúde, características individuais como temperamento e autoestima, padrões de interação entre os cônjuges, dentre outros (Mosmann & Falcke, 2011; Costa, Cenci & Mosmann, 2016).

Para outros, no entanto, a violência na conjugalidade é entendida como qualquer evento com dano físico, psicológico e/ou sexual cometido por um dos cônjuges resultando em sofrimento para os envolvidos (Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015).

Nessa lógica, esses conflitos buscam estratégias de resolução que podem ter caráter construtivo ou destrutivo. As estratégias construtivas apontam para posturas mais flexíveis e tolerantes diante dos problemas, percepção mais otimista e responsabilização mútua. Já as estratégias destrutivas na solução dos conflitos remetem à competição, individualidade, inflexibilidade de pensamentos e não conexão com os pontos positivos do parceiro e do relacionamento (Costa, Cencim & Mosmann, 2016). O que demonstra que nem sempre são resolvidos amistosamente e os casais envolvidos em relações conflituosas tendem a utilizar estratégias negativas de resolução, como gritar, reclamar, discutir de forma exaltada e

demonstrar afeto negativo, o que afeta negativamente o convívio familiar e as relações parentais (Boas; Dessen & Melchiori, 2010).

É preciso ressaltar que, quando não existem filhos, os reflexos dos conflitos costumam se limitar à relação do casal. Porém, quando eles existem, os reflexos das discórdias os atingem, sobretudo durante a infância, fator este que interfere de diversas formas no seu desenvolvimento e nas suas relações familiares (Goulart; Wagner; Barbosa & Mosmann, 2015).

Mas apesar disso, muitas mulheres em conflito conjugal que culminam em violência, levam um certo tempo para romper a relação e se afastarem do agressor, conforme pesquisa que mostra que a permanência justificada pelo vínculo afetivo e necessidade de proteger os filhos, não obteve resultado satisfatório, pois os episódios de violência se tornaram recorrentes, o que atingiu muito mais o ambiente familiar e não garantiu a proteção dos seus filhos (Calvinho, 2016).

Outra justificativa para não se afastar do agressor é a dependência financeira, pois boa parte das mulheres brasileiras recebem salários inferiores aos dos homens o que amplia a dominação masculina e culmina em violência doméstica contra a mulher, o que se encontra entre os motivos para o desencadeamento de conflitos entre o casal (Santos & Moré, 2011; Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015).

Ademais, de acordo com Martins (2020) a cultura do patriarcado impõe às mulheres diversos determinantes econômicos, culturais e sociais para permanecerem em uma situação de dependência, ao normalizar as condutas do agressor quer seja de dominação masculina de poder sob as suas companheiras, quer seja também sob a sua prole. Essa cultura da naturalização da violência faz com que muitas mulheres permaneçam nesses relacionamentos, e assim se exponham e exponham seus filhos ao ciclo de agressões e sofrimento por acharem que é assim, que sempre foi e que não há como mudar.

Faz-se importante enfatizar que estes conflitos na conjugalidade podem se estender por muitos anos, normalmente não há prazo para o fim, devido aos contextos supracitados, o que acarreta na negligência prolongada aos direitos das crianças e adolescentes que os vivenciam. Os adultos envolvidos nesses processos se valem do vínculo familiar, pacto de silêncio pela imposição de poder e coação,

para impor a sua superioridade sob a criança, e dessa forma lhes priva dos seus direitos e vontades por longos períodos (Delanez, 2018).

Ainda é preciso destacar que mães que sofrem violência no relacionamento conjugal, tendem a praticar maus tratos contra os filhos, conforme estudo que identificou elevada prevalência (24,4%) de práticas educativas maternas violentas entre essas mães que admitiram praticar violência física ou psicológica contra os filhos. Diante disso tal estudo concluiu que a violência conjugal sofrida pela mãe prejudicou o modo de educar os filhos (Silva, Lima & Ludemir, 2017).

Outro estudo evidenciou que algumas mulheres reproduzem a violência sofrida por seus parceiros em seus filhos como forma de descarregar o estresse e a tensão, assumindo assim o papel de dominadoras no que denominam de síndrome do pequeno poder, tendo como as principais vítimas meninas de oito a quinze anos de idade, porém comum também entre as demais faixas etárias e com meninos (Martins, 2020).

As dificuldades relacionais com desfechos indesejáveis findam por influenciar a interação entre o casal e entre esse e seus filhos, conforme será mostrado a seguir.

2.2 IMPLICAÇÕES DOS CONFLITOS CONJUGAIS NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E COMPORTAMENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As estratégias negativas usadas na resolução de conflitos conjugais, têm caráter destrutivo, culminam em violência à mulher e trazem impactos negativos para a família atingindo a ela e aos seus filhos, sobretudo na infância, quando podem testemunhar esses episódios, além de grande probabilidade de vir a sofrer diretamente violência e por isso ter maior predisposição para desencadear problemas emocionais, como ansiedade, depressão e violência (Gasman, 2014).

Pesquisas também mostram que na maioria das vezes, as implicações dos conflitos conjugais para crianças e adolescentes são notórias e em outras situações, podem ser percebidas em sutis alterações no comportamento, o que demonstra que os conflitos conjugais vivenciados e presenciados associam-se a vários problemas de ordem mental e física para as crianças, além de predizer um possível futuro de envolvimento em relacionamentos violentos (Mosmann & Falcke, 2011).

Para Silva & Marturano (2010) a qualidade da relação entre os pais pode influenciar na interação pais-filhos e assim predizer o repertório comportamental da criança que poderá ser socialmente habilidoso ou não habilidoso. Então, o fato de testemunhar a violência, perpetrada contra a mãe, por um familiar ou parceiro íntimo, pode estar associado a episódios de agressividade pelos filhos, a problemas escolares, podendo ser um fator desencadeante do transtorno desafiador opositivo e transtorno de conduta (Durand, Schraiber, França & Barros, 2011).

Sobre isso, mães relatam como consequências dos conflitos conjugais para os seus filhos, prejuízos no desenvolvimento afetivo e escolar por medo, alterações no padrão do sono, desmotivação ou más condições para estudar em casa, além da necessidade de acompanhamento com psicólogo (Calvinho, 2016). Outra pesquisa que avaliou possíveis problemas de saúde mental em filhos que sofrem algum tipo de violência doméstica destacou entre as alterações mais frequentes são problemas de conduta, dificuldades nos relacionamentos, problemas emocionais, principalmente sintomas de depressão e ansiedade, além de problemas de atenção, concentração e hiperatividade (Hildebrand, Celeri, Morcillo & Zanolli, 2015).

Esses achados são reiterados por Durand, Schraiber, França & Barros (2011) ao apresentarem pesquisas que mostram que nessas crianças podem estar presentes sintomas de depressão, ansiedade, comportamentos agressivos, desvios de conduta e baixo desempenho escolar, pesadelos frequentes, hábito de chupar o dedo, fazer xixi na cama quando não for mais esperado para a faixa etária, timidez ou retraimento social. Esses autores discutem que nesses casos, o cuidado materno é afetado, o que também predispõe os filhos a problemas de ordem mental.

Assim, é preciso destacar a importância de considerar o sofrimento ocasionado pela vivência desse fenômeno, uma vez que não se limita ao casal, mas se estende aos filhos, que o vivenciam (Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015)

Outro aspecto fundamental, é o fato que famílias que vivenciam violência na conjugalidade, estão mais propensas a um modelo relacional que pode ser naturalizado pelos filhos e repetido em suas redes de interações na vida adulta. Assim, muitas crianças que vivenciam essa forma de resolução dos conflitos nas relações conjugais, seja como testemunha, seja também sofrendo violência, tendem

a naturalizar, repetindo esse modelo agressivo em suas redes de convívio social (Colossi, Marasca & Falcke, 2015).

Para Rosa e Falcke (2014) esse não é um fator determinante, mas pode influenciar nos casos de violência futura, ou seja, nem todas as pessoas que vivenciaram violência na relação conjugal dos pais, durante a infância, se tornarão violentos em seus relacionamentos afetivo, e nem todos que os são, é porque tiveram essa experiência.

Deste modo, “vivenciar, como vítima ou como testemunha, violência familiar na infância oferece ao sujeito um modelo a ser perpetuado” (Colossi, Marasca & Falcke, 2015, p. 498-499). No entanto, o conjunto de fatores que interferem, e que sejam afetados pela violência e/ou negligência familiar, no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes ao longo dos anos será determinante para este desfecho, como estudado por alguns pesquisadores

Por fim, segundo Piaget existem quatro fases do desenvolvimento infantil, a saber: sensório motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais. A evolução dessas fases é de suma importância e cada uma representa um ganho no desenvolvimento do ser, que ao interagir com o meio que o cerca irá se adaptar, passando pela auto-regulação como ele traz. Para Piaget a criança participa ativamente do seu desenvolvimento, constrói o seu saber e entendimento, porém diante das percepções que tem das pessoas com quem convive e das situações que lhe ocorrem (Piaget, 2013). Para o mesmo a passagem de uma fase para a outra pode ser prejudicada, por diversos motivos, e caso a criança não consiga desenvolver as habilidades esperadas em uma fase, e isto não seja superado, ocorrerá déficits no seu desenvolvimento.

Na fase sensório motor, que vai do nascimento até aproximadamente dois anos, o bebê começa a ter a percepção de si mesmo, do seu corpo e do meio externo, objetos e pessoas, de forma gradual e a depender dos estímulos que recebe. O período pré-operacional ocorre entre dois a sete anos e é marcado pelo egocentrismo, em que a criança tem a noção que o mundo é feito para ela, além disso acredita no animismo, em que a natureza tem vida e interage com a mesma. O operacional concreto modifica o egocentrismo e a criança passa pela estruturação da razão, entre os sete aos doze anos de idade, as crianças passam a resolver

problemas concretos e a ter pensamentos lógicos, além da percepção que as pessoas têm sentimentos diferentes dos seus. Já na fase de operações formais, última do desenvolvimento, a partir dos doze anos o pensamento torna-se hipotético-dedutivo e o adolescente tem um melhor desenvolvimento cognitivo (Piaget, 2013).

Conforme já citado, alguns eventos podem interferir negativamente neste processo e de acordo com estudos a violência e/ou negligência, além do vínculo precário ou não vínculo materno estão entre os principais fatores negativos. Vivenciar estes eventos nos primeiros anos de vida interferem no desenvolvimento infantil, no seu desenvolvimento cerebral, intervindo nas suas aptidões sociais e cognitivas, e a depender das formas disponíveis de resolução se perpetuarão na vida adulta (Delanez, 2018).

Ao que se conclui que, presenciar violência nas relações conjugais e por consequência, vir a sofrer agressões diretamente, é uma ameaça à segurança e ao desenvolvimento físico e emocional de uma criança ou adolescente, o que pode ter como desfecho o seu encaminhamento a uma instituição de acolhimento.

2.3 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E SUAS REPERCUSSÕES NOS VÍNCULOS AFETIVOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma decisão excepcional de caráter temporário aplicado a situações em que a família não garante proteção à criança ou adolescente, abandonando-os ou impossibilitadas de garantir-lhes cuidado e proteção. Por isso se recomenda o acolhimento por tempo determinado, até que seja garantido o seu retorno seguro ao convívio familiar de origem, ou caso não seja possível, são encaminhados para uma família substituta (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2009).

O ECA assegura em seu artigo 18 que é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, e nas subdivisões desse mesmo artigo assegura que em casos de descumprimento desse dever, a depender do grau da gravidade do caso, o acolhimento institucional poderá ser necessário

A Lei 13.257 (2016), altera o ECA e ressalta o caráter temporário da institucionalização de crianças e adolescentes, com prioridade para a manutenção

ou reintegração às suas famílias, garantindo-lhes o direito de serem criadas e educadas no âmbito familiar.

Quanto às razões, são muitas as que definem o acolhimento institucional de uma criança ou adolescente que conforme levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público, a negligência é o principal motivo, seguida da dependência de álcool ou outras de drogas, por parte dos pais ou responsáveis, abandono, violência doméstica, violência sexual, vivência de rua, transtorno mental, ausência por prisão dos responsáveis e carência de recursos materiais (CNJ, 2017).

Resultados semelhantes foram encontrados por Mastroianni, Sturion, Batista, Amaro & Ruim (2018) para quem os motivos que definem o acolhimento podem estar interligados, pois normalmente, não há um motivo único estando associado ao uso de álcool, negligência da função parental, que se refere à adequada participação dos pais na educação oferecida aos filhos; negligência dos cuidados básicos (higiene e alimentação; lar em inadequadas condições de habitação e restrição de liberdade de genitores que cumpriam pena em regime fechado.

Sobre o tempo de permanência nas instituições de acolhimento, apesar da Lei recomendar que não se prolongue, é comum a permanência de crianças e adolescentes até a maioridade e às vezes até durante mais tempo (Lima, 2019). Esse prolongamento no período de acolhimento, ou a má qualidade desse, conforme já discutidos anteriormente, podem ter impactos negativos na formação dessas crianças e adolescentes, tanto quanto a negligência ou abandono familiar sofrido (Silva & Leal, 2017).

A vivência do acolhimento institucional pode retardar o desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes acolhidos, assim como influenciar nos seus sentimentos de pertencimento e autoestima, e na construção da autonomia (Paiva; Moreira & Lima, 2019). Ademais, além de privar o indivíduo do convívio familiar, ainda o priva da construção do afeto, esses acolhidos são tolhidos desse direito perante a lei, que interfere na construção da sua personalidade (Silva & Leal, 2017).

Dentre dos efeitos da institucionalização, especialistas que acompanham crianças e adolescentes acolhidos mencionam o raciocínio abaixo da média, atraso escolar, depressão, pseudo-autismo e insegurança. Além disso, o ambiente empobrecido de estímulos, sem retorno afetivo, acarreta menos conexões cerebrais no desenvolvimento das crianças, (CNJ, 2017). Para Santos *et al.* (2010) a privação afetiva, decorrente do rompimento do vínculo familiar nessa fase importante do desenvolvimento humano, pode gerar nas crianças uma distorção no desenvolvimento considerado saudável, tornando-se adultos cheios de medos, frustrações e ansiedades.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 DELINEAMENTO

O presente trabalho apresenta resultados da pesquisa de dissertação de mestrado vinculada ao projeto âncora intitulado “Conflitos conjugais: estudo de repercussões no comportamento de mães e filhos e o suporte social disponível “, aprovado pelo Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas - CEDEP/UNIVASF, sob protocolo número 3.078.018. Conforme compromisso ético, os benefícios da pesquisa têm caráter indireto por meio da divulgação dos resultados em forma de manuscritos e apresentação em eventos científicos.

3.2 LOCAL DE DESENVOLVIMENTO E CENÁRIO DE COLETA DOS DADOS

A pesquisa foi desenvolvida em 2019 na cidade de Petrolina, PE, tendo como cenário de coleta dos dados, a Casa Laura Vicunã, que se destina ao acolhimento institucional de meninas entre sete e dezessete anos, encaminhadas por decisão judicial diante de situações de risco por abandono, negligência, maus-tratos ou situação de rua.

3.3 AS PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa sete meninas entre 09 e 16 anos, incluídas por atenderem aos critérios de ter presenciado conflitos conjugais entre as mães e seus parceiros íntimos e que por medida de segurança e proteção, se encontravam em acolhimento institucional. É preciso salientar que embora durante o desenvolvimento da pesquisa estivessem institucionalizadas nove meninas que atenderam aos critérios de inclusão mencionados, apenas sete participaram, considerando que nesse decorrer, duas delas foram reintegradas às suas famílias. Para garantir sigilo e confidencialidade e manter o anonimato, as participantes foram identificadas pelos nomes fictícios de: Júlia, Maria, Rosa, Ana, Isabel, Paula e Roberta.

3.4 DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE OBTENÇÃO DOS DADOS E APROXIMAÇÃO COM O CAMPO DE PESQUISA

Diante da subjetividade que envolve situações de violação de direitos na infância e adolescência no ambiente doméstico e que culminaram em decisão

judicial que determinou o acolhimento institucional de meninas envolvidas em severos desentendimentos no ambiente doméstico, propôs-se um trabalho de abordagem metodológica do tipo pesquisa- cuidado em grupo, ou seja, em um trabalho de integração entre pesquisa e cuidado, aliada à Observação Participante.

3.5 MÉTODO DE PESQUISA CUIDADO EM GRUPO

O Método de Pesquisa Cuidado em Grupo (MPCG) é uma técnica que tem como característica principal intervenção e cuidado concomitantes à identificação dos problemas, que ocorrem mediante a formação de um grupo com interesses em comum. A estratégia se desenvolve durante encontros que favorecem interações, formação de vínculos e o estabelecimento de uma relação de confiança que proporciona aos participantes, compartilhar seus problemas (Costenaro, Castro & Stankowsky, 2018).

Como método de pesquisa se adequa ao trabalho com meninas institucionalizadas, pois considerando a necessidade que elas têm de conversar, compartilhar angústias, alegrias e também de esclarecer dúvidas. Parte-se do pressuposto que: as estratégias utilizadas no método de pesquisa-cuidado em grupo favorecem a identificação de problemas, a observação participante e as devidas intervenções, em um encadeamento científico que envolve cuidar e pesquisar.

A abordagem favorece a aproximação entre pesquisador (a) e o grupo participante, o que possibilita coletar dados e ao mesmo tempo em que se identifica os problemas e as necessidades, tenta-se saná-los e encaminhar as demais demandas aos dispositivos especializados da rede de suporte social.

Portanto, compreendeu-se que a sua utilização contribuiria para intervir em problemas e necessidades relacionadas ao contexto familiar que motivaram a condição de acolhimento institucional das meninas participantes. Orienta-se o seu desenvolvimento em três etapas:

A Primeira etapa, que consiste na escolha do método e fundamentação teórica é considerada fundamental, pois é nela que se decide a utilização da abordagem qualitativa na pesquisa e delinea-se os detalhes do método de pesquisa-cuidado em grupo. Correspondeu ainda à preparação da equipe de

pesquisadoras, mestrandas e graduandas, integrantes do grupo de Estudos em Saúde Coletiva- NESCO, que se prepararam técnica e emocionalmente para o desenvolvimento da pesquisa e realizaram levantamento de informações e características das meninas participantes, com o intuito de minimizar possíveis riscos e evitar a exposição das mesmas. Coube então à equipe, o papel de interagir com o grupo incluído e ter flexibilidade de ideias.

Definido esses passos fundamentais, procedeu-se a aproximação com o *loco* da pesquisa e recrutamento das participantes, ao que se denomina segunda etapa e consistiu na socialização da proposta com a equipe profissional da casa Laura Vicunã e com as possíveis participantes, para compartilhamento da proposta de trabalho, mediante apresentação dos objetivos, dinâmica de funcionamento, regras de convivência durante os encontros em grupo de cuidado e aspectos éticos decorrentes da participação. Essa apresentação minuciosa se fez necessária pois apesar da autorização da representante legal da instituição, que assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, a pesquisa somente ocorreu após concordância das meninas por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido- TALE em participar da pesquisa.

Na terceira etapa ocorreu a operacionalização do método de pesquisa Cuidado em Grupo propriamente dita. Conforme esclarecidas na etapa anterior, as meninas foram orientadas sobre a dinâmica de funcionamento e atenção aos horários previamente acordados. Além de ser enfatizada a necessidade de cada uma assumir o compromisso de ser solidária, disponível para contribuições e de manter sigilo sobre as vivências compartilhadas, sem julgar ou usar as informações com intuito diferente do de ajudar.

3.6 ORGANIZAÇÃO DO CENÁRIO PARA A COLETA DOS DADOS ATRAVÉS DO CUIDADO EM GRUPO

Todos os encontros ocorreram em sala reservada da casa de acolhimento, livre de interferências externas, com garantia de privacidade e sigilo. Para iniciar os encontros e facilitar a comunicação, foram selecionadas músicas, que buscaram atender às preferências das meninas. No intuito de favorecer o atendimento grupal e

garantir o acolhimento, o grupo se organizou em círculo, todas sentadas no chão, ao invés de em cadeiras, conforme preferência das meninas.

De acordo com o objetivo de cada encontro, eram distribuídos materiais adequados à atividade a ser desenvolvida, contando o recurso de técnicas projetivas (colagem, modelagem e pinturas) e ao final eram servidos lanches para que o grupo se confraternizasse. Todos os encontros foram registrados por meio da gravação de áudios e notas em diário de campo.

Quanto à colagem, pintura e a modelagem, são técnicas projetivas usadas como estratégias para facilitar a obtenção de dados subjetivos guardados no inconsciente que dado à profundidade de significado, são difíceis de serem conseguidos por meio de outras estratégias (Teixeira, Paiva, Nóbrega & Nitschke, 2013). Por isso se adaptam a atividades com crianças e adolescentes, uma vez que possibilitam a expressão de sentimentos e dos pensamentos de forma mais lúdica. Quer seja ao recortar imagens e produzir um cartaz, modelar seres e/ou objetos com massinha de modelar ou confeccionar uma tela pintada de cenas vividas, seres e objetos que lhe sejam representativos ou até mesmo as suas projeções de futuro. Tais técnicas além de simples são mais sensíveis para se tratar de temas tão pesados, quanto os conflitos familiares.

3.7 ENCONTROS CUIDADO EM GRUPO

Ocorreram quatro encontros que seguiram uma sequência iniciada com uma dinâmica de integração e acolhimento por meio de técnicas de aquecimento, relaxamento ou uma pergunta norteadora. Em seguida, dava-se início à abordagem da temática, estimulando discussões, compartilhamento de experiências, angústias, alegrias e oportunidade de esclarecimento de dúvidas, que na maioria das vezes estiveram relacionadas aos desentendimentos e convívio familiar.

Primeiro encontro: foi o momento de apresentação das participantes, apresentação dos objetivos e métodos da pesquisa e acordo de compartilhamento e ajuda entre as participantes do grupo. Para a apresentação utilizou-se a dinâmica em que cada uma tinha que dizer seu nome, idade e um apelido pelo qual gostaria de ser chamada.

Após as apresentações foi aplicada uma dinâmica com o objetivo de enfatizar a importância do trabalho em grupo e consistiu em formarem dois grupos e se organizarem em fila indiana, cada uma recebeu um balão de ar para ser preenchido e disposto entre as suas barrigas e as costas da colega da frente, posteriormente elas foram orientadas a se deslocar de um canto a outro da sala, com os balões de ar entre elas, sendo orientadas a não os tocar com as mãos e nem os deixar cair. Venceu o grupo que conseguiu cumprir a dinâmica em menos tempo.

Foi um momento de diversão e relaxamento, que facilitou a conversação sobre a característica mais importante do grupo, se referindo à ajuda mútua e o cuidado.

O segundo encontro teve o objetivo de compreender como era para elas a vida antes do acolhimento e como elas viam a vida atual. O encontro foi iniciado com uma técnica de respiração ao som de música relaxante, com todas sentadas em círculo. Após esse momento elas foram estimuladas a falar da sua semana e como estavam se sentindo.

Posteriormente, foram distribuídas folhas de ofício, lápis de cor e canetas hidrográficas e foi solicitado que produzissem desenhos que representassem o que tinha de bom e o que tinha de ruim quando moravam com suas famílias. Em outra folha elas produziram o desenho sobre o que tinha de bom e o que tinha de ruim morando na casa de acolhimento.

Todas participaram ativamente da atividade, ao mesmo tempo em que umas concluíam os desenhos, outras já iam relatando experiências e após finalizarem descreveram suas produções e como se sentiam em relação aos registros. Saliente-se que muitos registros e sentimentos eram semelhantes entre as meninas, o que tornou o momento rico de compartilhamento.

No terceiro encontro a técnica de integração foi conduzida pelo dito popular “quem canta seus males espanta”, em que as meninas foram estimuladas a cantar uma música que as fizessem se sentir bem, o que tornou o momento divertido e promoveu relaxamento. O objetivo desse encontro foi trabalhar efeitos dos conflitos conjugais vivenciados. Como ponto de partida, foram retomados pontos do encontro anterior, sobre relatos dos conflitos familiares vivenciados e os ressentimentos resultantes dos mesmos.

A proposta foi trabalhada por meio da técnica de modelagem, em que foi disponibilizado massa de modelar e elas foram orientadas a manusear e imaginar o

significado das suas famílias. O desenvolvimento da atividade não foi fácil, pois quase todas se negaram a modelar seus genitores, algumas preferiram fazer símbolos como corações partidos e armas. Outras modelaram outros familiares, como tias e avós. Após a construção, iniciou-se o debate sobre a atividade e sentimentos despertados.

O quarto encontro foi iniciado com o estímulo “como você está se sentindo?”. Posteriormente, foi solicitado que fechassem os olhos, se concentrassem na respiração e se imaginassem olhando através da fechadura da porta de saída da casa de acolhimento e que visualizassem o seu futuro. Posteriormente foi solicitado que por meio de colagens com recortes de revistas, construíssem cartazes, sobre expectativas de futuro. Foi entusiasmante! A maior parte falava bastante enquanto fazia os seus cartazes, todos com imagens alegres. Apenas uma não demonstrou entusiasmo, mas findou desenvolvendo a atividade. Chamou a atenção, o fato de apenas uma das meninas ter incluído a irmã na sua expectativa de futuro, porque as demais não incluíram familiares nesse planejamento.

Após as discussões de cada encontro, eram desenvolvidos momentos de distração com música, conversa livre entre as participantes e as pesquisadoras, e por fim eram servidos lanches. O último encontro foi marcado também por um momento de avaliação dos encontros e confraternização.

3.8 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Como técnica de coleta de dados, a Observação Participante constitui parte fundamental no trabalho de campo em pesquisas qualitativas (Minayo, 2013). Seu uso tem se ampliado, sobretudo nas pesquisas sociais porque facilita a interação entre o (a) pesquisador (a) os contextos e as pessoas, o que possibilita descrever minuciosamente lugares, objetos e situações cotidianas vivenciadas pelos participantes da pesquisa (Santos, Araújo & Bellato, 2016). A sua aplicação foi possível com a colaboração de outra pesquisadora da equipe, capacitada e atenta para anotar em diário de campo detalhes imperceptíveis nas falas. Sua presença em todos os contatos com o grupo de meninas, contribuiu para a aquisição da confiança necessária ao compartilhamento de suas vivências.

No diário de campo foram registradas: número de participantes, temática discutida, estratégias utilizadas, atitudes, reações, expressões, opiniões, postura

intervenções e condutas frente aos problemas identificados. Neste sentido, foi repassado à psicóloga da equipe técnica da casa um resumo do encontro, descrevendo as necessidades identificadas e intervenções. Anterior ao encontro seguinte, os dados eram transcritos, analisados e efetuados os ajustes necessários, no sentido de contribuir para o alcance dos objetivos.

3.9 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para análise do material, optou-se por utilizar o Método Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como uma maneira de sintetizar opiniões similares expressas por diferentes pessoas de um grupo (Santos *et al.*, 2019). Para os idealizadores do método, sua finalidade é “recuperar e descrever, empiricamente, o que as coletividades pensam sobre tudo aquilo que estão habilitadas, como conjunto de atores sociais a pensar” (Lefevre & Lefevre, 2006, p. 7).

Por tanto, o DSC é um recurso metodológico em que se organiza conteúdos de pensamentos semelhantes provenientes de depoimentos de diferentes pessoas, em um discurso único para traduzir pensamentos e sentimentos do coletivo, sem que se perca a sua essência (Lefèvre & Lefèvre, 2014). Esse Discurso Coletivo, é a mesma coisa que a “primeira pessoa coletiva do singular, que configura a opinião como a expressão de um "eu ampliado" (Lefèvre, Lefèvre, Cornetta & Araújo, 2010).

Por este encadeamento, seguindo as orientações dos autores, de forma cuidadosa, buscou-se descrever os pensamentos expostos por cada participante para posteriormente interpretar os seus conteúdos. O Discurso Coletivo é produzido com o material das respostas individuais nas quais seleciona-se as Expressões-Chave - EC que são os trechos de maior representatividade das respostas (Lefèvre & Lefèvre, 2006).

As EC correspondem as Ideias Centrais Síntese, ou seja, a síntese do conteúdo discursivo manifestado nas Expressões Chave. Desse material, é que se constrói os discursos-síntese - DSCs, de um coletivo (Lefèvre & Lefèvre, 2006)

Desta forma, para se obter os discursos expostos nos resultados foram seguidas as etapas: 1. Transcrição dos depoimentos e 2. Análise dos seus conteúdos, com extração das Ideias Centrais (IC) ou seja, a essência dos discursos

e suas Expressões-Chave (ECH), estas correspondentes à síntese do que foi narrado (Lefèvre & Lefèvre, 2014). Após isto, compôs-se os Discursos Coletivos, embasados nas IC e ECH (Rocha, 2009).

4 RESULTADOS

Os resultados do presente trabalho estão apresentados em notas do Diário de Campo e nos Discursos Coletivos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Grupo constituído por sete meninas que se encontravam na casa de acolhimento Laura Vicunã por medida protetiva, tendo em vista a violação de seus direitos no âmbito familiar. Elas tinham entre nove e dezesseis anos, a maioria se autodeclarou parda (04), seguida das cores branca (02) e negra (01), todas regularmente matriculadas em séries do ensino fundamental ao ensino médio, quatro delas eram procedentes do próprio município, duas do Distrito Federal e uma de outro município de Pernambuco.

4.2 NOTAS DE UM DIÁRIO DE CAMPO

As anotações da observação participante durante os encontros Pesquisa Cuidado em Grupo foram registradas em Diário de Campo, no qual foi anotado o que se ouviu e se percebeu em gestos, expressões, ditos e não ditos pelas meninas. Todas elas, não apenas presenciaram severos desentendimentos conjugais e episódios de violência contra suas mães praticados pelos pais biológicos ou padrastos, como também sofreram algum tipo de mau trato (agressão física, violência psicológica e abuso sexual).

Paula - 16 anos, foi abusada sexualmente pelo padrasto em episódios recorrentes, até o momento em que resolveu sair de casa e ir morar com a avó paterna, oportunidade em que torna a ser abusada sexualmente por um tio paterno. Após esse ocorrido, retorna a morar com a mãe e novamente é abusada, o que a motiva a denunciar o fato ao Conselho Tutelar que a encaminha para a proteção judicial.

Rosa – 09 anos e Isabel – 14 anos são irmãs e têm um histórico de negligência provocada pela mãe. Ambas ficaram três meses sob a responsabilidade de uma tia, que após esse tempo devolveu-as à mãe, o que contribui para que continuassem expostas ao mesmo risco. Durante o acolhimento percebe-se a dificuldade de relacionamento de Isabel que se encontra em acompanhamento psicológico e

demonstra resistência às normas da casa. Ela se automutila, tem histórico de uso de álcool e de substâncias psicoativas para dormir. Sua relação com a irmã é pouco amistosa com brigas constantes e não aceitação em dividir o mesmo quarto. Rosa, por outro lado, é carinhosa e demonstra facilidade no relacionamento com as demais meninas da casa, buscando nas mais velhas uma forma de compensar a falta de atenção da irmã. Elas demonstraram interesse em ser adotadas, mas até o momento do desenvolvimento desta pesquisa, não havia ocorrida a destituição familiar.

Júlia - 14 anos sofreu negligência física e abandono dos pais que são alcoolistas e usuários de outras drogas. Retraída, sente dificuldades em expressar sentimentos e em se relacionar com as demais meninas da casa, revela gostar do ambiente escolar, onde se sente à vontade e mantém amizades. Embora constatado pela equipe técnica da casa, a necessidade de acompanhamento psicológico, ela se mostra resistente, o que dificulta a intervenção. Ela tem nove irmãos, alguns maiores de idade, mas apesar disso, ela precisa permanecer na casa, pois eles não assumem a responsabilidade sobre ela e com outros dois irmãos menores, que se encontram em outra instituição de acolhimento. Todos estão na fila de adoção. Uma família paulista demonstrou interesse em adotá-los, o que lhes causou expectativas. Pois, se por um lado alimentam a esperança de ter uma família, expressam receio de serem devolvidos ou de desistência antes mesmo de conhecê-los.

Roberta – 12 anos e Maria – 16 anos, são irmãs, há um ano institucionalizadas, porque o pai que era usuário de drogas cometeu suicídio e a mãe, também usuária de drogas, foi denunciada por abandono e negligência contra as filhas. Roberta morou por um período com tios, acusados de agressões físicas contra ela, que relata ter apanhado muito. Encontrada pela Polícia na casa de um senhor juntamente com outras meninas, não fica claro se foi abusada sexualmente em troca de dinheiro. Diagnosticada com déficit de atenção, em alguns momentos reage agressivamente e tem dificuldades de concentração e execução das atividades grupais. Ansiosa, costuma comer compulsivamente. Percebeu-se sua dificuldade para falar dos pais e disse não lembrar da vida anterior à institucionalização. Contudo, durante os encontros foi possível constatar descrições de violência física e sexual no ambiente doméstico.

Quanto à Maria, ela morou com a madrinha que também é sua tia, mas que desistiu da sua guarda. Tem uma relação mais próxima da irmã e a protege dentro da casa. Ela também revela episódios de violência doméstica, abandono pelos pais alcoolistas e usuários de outras drogas. Diz amá-los apesar da negligência sofrida. Mantem-se retraída e apresenta marcas de automutilação e incentiva as demais meninas a se automutilarem. Apesar de se expressar pouco, se interessa por dança e música, estratégias que facilitaram a aproximação e obtenção de dados sobre seus sentimentos. Não colabora com o acompanhamento psicológico com faltas frequentes às consultas por alegação de não precisar.

Ana – 14 anos, filha de pais usuários de drogas, presenciou frequentes episódios de violência entre os pais e sofreu repetidas agressões físicas por parte da mãe. Apesar de outros irmãos, apenas ela foi retirada do convívio familiar e refere não se entender com a mãe. Quando em situação de rua, revela ter usado álcool e maconha. Se automutila principalmente nos momentos em que se sente triste. Já esteve sob os cuidados de uma tia (irmã da mãe) única chance de restituição familiar e caso não haja êxito, entrará na fila para adoção.

4.3 ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO – INTERAÇÕES CUIDADO EM GRUPO

As Ideias Centrais Síntese e as Expressões Chaves provenientes das narrativas como fonte de informação das sete meninas participantes da pesquisa cuidado em grupo resultaram nos Discursos Coletivos:

O Sujeito Coletivo na Ideia Síntese O dia a dia antes do acolhimento institucional tinha mais coisas ruins do que coisas boas.

A composição deste Sujeito Coletivo busca responder às indagações: como era o dia a dia fora da casa de acolhimento? O que tinha de bom e de ruim?

“Antes de vir para o acolhimento, o que tinha de bom era pescar, jogar bola, pintar quadros, cantar e a família. Mas tinha muita coisa ruim, por que meus pais saiam à noite para o bar e nos deixavam sozinhos, nós íamos atrás deles para trazer para casa e chegavam bêbados, às vezes usavam as coisas na nossa frente e quando tinha briga era resolvido no tapa, no murro e minha mãe ainda queria me ensinar como bater. Ela chegava bêbada, quebrando tudo, cheirando pó e querendo se matar e quando eu não queria vê, ia para a praça, porque eu ficava com raiva dela. Por várias vezes eu vi meu pai espancando minha mãe e da última vez, antes dele

bater, tirei o facão debaixo da cama, aí ele me ameaçou: se eu fizesse alguma coisa com ele, minha mãe iria amanhecer morta. Depois fiquei triste porque meu padrasto batia na minha mãe, mas ela não deixava ele. Pedi para ele ir embora, ele foi e minha mãe me bateu, porque ela é cega de amor por ele. Só que teve um dia que ela esfaqueou ele e minha irmã começou a chorar, porque se ele morresse, nossa mãe iria para a cadeia e cortou os braços por causa disso. Outra coisa ruim foram as amigas que me levaram para o caminho errado, era maconha, armas, cerveja e pitu, mas eu escolhi andar com elas e por isso vim parar aqui. Eu também via as pessoas correndo da polícia quase todo dia, antes de vir para cá” (Júlia, Maria, Rosa, Ana, Isabel, Paula e Roberta).

O Sujeito Coletivo na categoria: O dia a dia na casa de acolhimento também tem o lado bom e o lado ruim.

A composição deste sujeito coletivo buscou atender ao objetivo de averiguar expectativas relacionadas à situação de acolhimento institucional, discurso esse extraído do encontro em que as meninas foram estimuladas a desenhar o que a vida tinha de bom e de ruim antes de serem acolhidas e o que a vida tinha de bom e de ruim na casa de acolhimento. Após desenhar, cada menina falou sobre o seu desenho e as emoções que ele tinha lhe proporcionado.

“Eu gosto um pouco da casa, é bom e ruim. O ruim daqui é porque me sinto trancada aqui! A gente passa muito tempo trancada e ficar trancada é quase a mesma coisa que nada. Eu comecei a ficar solitária porque era todo dia de casa para a escola e da escola para casa. Então, a minha vida está sendo um pouco de cada sentimento, às vezes triste, por ser muito privada de algumas coisas, às vezes me conformo e às vezes não me conformo, sinto muita falta do meu celular e da minha família. Mas aqui não estou correndo perigo, lá eu via a polícia quase todo dia, as pessoas correndo da polícia. Também aqui as meninas são a minha família, muitas me ajudam, são chatas, mas dá para suportar. Sabia que era minha melhor amiga, foi embora, fiquei triste, coração partido, depois disso penso que aqui ninguém é minha família e qualquer dia, vou arrombar esta janela e pular” (Júlia, Maria, Rosa, Ana, Isabel, Paula e Roberta).

O Sujeito Coletivo na categoria: a família de cada uma

Das narrativas sobre concepções de família emergiram duas Ideias Centrais, compondo dois Sujeitos Coletivos: Sujeito Coletivo Família para mim é tudo e Família para mim tanto faz

Sujeito Coletivo Família para mim é tudo

“ Eu gosto da minha família, tenho saudade de casa, porque família para mim é tudo. Quando a gente mora na nossa casa, a gente tem mais liberdade. Amo meu pai e minha mãe, eles podem ter feito qualquer coisa, mas eu amo eles da mesma forma, mas sinto mais saudade do meu pai, da minha mãe sinto mais ou menos. Mas a pessoa tem que ter família, né? O que a pessoa é sem família? Por mais que não seja tão boa”. (Maria e Roberta).

Sujeito Coletivo Família para mim tanto faz

“Não gosto da minha família, não sinto amor pela minha mãe, parece que quando você entra aqui você esquece totalmente da mãe. Eu ia desenhar um coração preto se fosse desenhar o sentimento que tenho por ela, porque ela representa um obscuro para mim. E do meu pai eu tenho raiva, porque eu nem o conheço, nem sei quem ele é, nunca vi na vida. Minha mãe falou que ele não presta, é um vagabundo, um Zé droguinha. Quero que ele vá para o quinto dos infernos, nunca senti saudade dele. Da família quem mais representa amor é minha avó! Foi ela quem me criou. Então, família para mim tanto faz, nunca tive uma, mesmo. Porque para eles eu sou a “ovelha negra da família” sou um castigo, represento desgosto puro, o castigo que Deus mandou, a desarmonia, porque depois dos desentendimentos eles se reconciliam e vem eu para atormentar. Eu sempre apanhei na minha vida, por isso sou assim” (Paula, Júlia, Ana e Isabel).

O Sujeito Coletivo nas perspectivas de futuro

As perspectivas de futuro foram trabalhadas por meio das indagações: o que você gostaria de ver diferente na sua vida? O que imagina daqui para frente? O que deseja ser no futuro? Emergindo as ICs: não quero ter família e ninguém quer retornar para o ambiente familiar.

Sujeito coletivo não quero ter filhos, nem me relacionar com um homem

“Depois de tudo que já passei, não quero nada de ter filhos. Quero trabalhar, ser policial ou veterinária, viajar e conhecer as coisas do mundo. Não quero ter homem, me relacionar com um homem, porque homem não presta, tenho pavor de homem. Nam, quero nada casar, a pessoa casa e só apanha, já apanhei de mãe e pai, ainda apanhar de homem? Não quero não. Acho muito triste quando a mulher não consegue se defender, e a gente também não tem força pra defender a nossa mãe, só pode se esconder pra não apanhar, né não? Nem a polícia resolve. Prende e

depois solta. A gente que fica presa aqui, nem sei se minha mãe ainda tá viva. Não quero ser igual a minha mãe” (Isabel e Ana).

Sujeito coletivo não quero retornar para o ambiente familiar

“Não tenho vontade de retornar para a casa de minha família, não quero voltar para casa da minha mãe. Quero que alguém me adote logo e se eu não for adotada, quero sair daqui aos 18 anos, para trabalhar na polícia ou para fazer faculdade. Aí eu quero ter uma família, casar, ter dois filhos... eu gosto de criança, vou fazer a festa de aniversário deles, também quero uma festa de casamento. Quero ter uma casa grande, com carro e uma televisão grande para poder jogar com meus filhos” (Rosa, Júlia, Roberta, Maria e Paula).

5 DISCUSSÃO

As narrativas apresentam um Sujeito Coletivo protagonista da violência na conjugalidade, pois não apenas observava-se as agressões, como também as sofria, sobretudo violência psicológica e diante do receio de presenciar novas cenas, era comum ausentar-se do ambiente doméstico ou recorrer à polícia. Considerando que se trata de um tipo de vivência de difícil enfrentamento para uma menina, que para evitar o confronto com o agressor e sobreviver, usa diferentes subterfúgios (Lira et al., 2017).

As narrativas transcorriam em voz baixa, em que se percebia olhares entristecidos por vezes perdidos, além do sentimento de abandono e revolta diante dos atos cometidos por aqueles de quem esperavam proteção. Nota-se que de toda forma, ainda que indiretamente, o sujeito coletivo sofria violência, de alguma maneira, apesar de não ser o principal alvo do agressor (Faermann & Silva, 2014). Pois só o fato de presenciar suas mães serem agredidas, já era uma forma de violência psicológica, que também se deu de maneira explícita, em forma de ameaças.

Os efeitos da violência psicológica foram destacados nas expressões de medo, ansiedade, depressão, angústia, insegurança e automutilação. Pesquisa que verifica causas, comportamentos e consequências relacionados à violência no âmbito familiar, também destaca os mesmos prejuízos da violência psicológica para crianças e adolescentes expostas à violência na conjugalidade (Reis; Prata & Parra, 2018). Além disso, reações de automutilação ampliam a preocupação, por se tratar de um apelo em que o corpo é usado para expressar sofrimento (Fortes & Macedo, 2017)

Portanto, a relação conflituosa produzida no âmbito familiar e o fato de presenciar a mãe ser agredida, teve um comprometimento real na vida das filhas que também sofreram violência. Foram narrados episódios de abuso sexual, violência psicológica e física, além da negligência e abandono, também cometidos pelas mães, que além das agressões físicas e psicológicas, frequentemente saíam e as deixavam sozinhas com outros irmãos, muitas vezes por vários dias.

Esses fatos comprovam a maior chance de crianças e adolescentes que convivem com conflitos conjugais em seus lares, virem a sofrer violência, muitas

vezes, pelas próprias mães (Pereira, 2017). Sendo esse um indicativo que os níveis elevados de conflito entre os cuidadores interfere de forma negativa no desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio de sintomas internalizantes e externalizantes, existindo uma relação entre exposição à violência interparental e intensificação desses sintomas, discutidos por Ian, Mosmann & Falcke (2019), autoras que se surpreendem com o fato de a violência psicológica materna, ser a única variável com mais poder preditivo de sintomas internalizantes e externalizantes nos filhos.

Durante alguns encontros em grupo presenciou-se episódios de desentendimento e palavras agressivas que se estendiam aos educadores e cuidadores da instituição. Também houveram relatos de desentendimento e práticas de violência física entre as meninas e no ambiente escolar. O que corrobora com estudos que mostram que a exposição a repetitivas agressões, na relação de conjugalidade dos cuidadores, contribui para que muitas crianças naturalizem esse padrão e passem a adotar condutas e atitudes violentas nas suas relações e na resolução dos problemas, o que amplia as chances de reprodução desses comportamentos agressivos também na vida adulta (Machado, 2019).

Não existem dúvidas que vivências de violência no contexto familiar, sobretudo no período da infância repercutem negativamente na vida da criança, sendo previsível que possa vir a adotar esse modelo, como estratégia de resolução de conflitos, tanto em suas relações afetivas, como também em seus relacionamentos sociais, com danos que podem incluir dificuldades em relacionamentos sociais e vivências de violência na conjugalidade (Reis, Prata & Parra, 2018).

No presente trabalho, quando o Sujeito Coletivo pareceu temer reproduzir o modelo socializado pelos pais nas relações de conjugalidade, ao enfatizar não ter planos de ter um companheiro, mediante alegação que “homem não presta” e de não querer ter filhos para que não venham a sofrer o que já sofreram, trouxe à discussão questões relacionados às desigualdades entre os gêneros e à influência do exercício da paternidade e da maternidade, no desempenho dos papéis sociais futuros, pois esses exemplos tendem a se reproduzir transgeracionalmente (Botton, Cúnico, Barcinski & Strey, 2015). A transgeracionalidade da violência e os papéis estereotipados de gênero foram analisados em trabalho com um casal que vivenciou

relações de violência no contexto de suas famílias de origem e reproduziu esse modelo tradicional de relacionamento, caracterizado por um homem provedor e uma mulher submissa (Sant'Anna & Penso, 2017).

Como reflexo dos conflitos vivenciados entre os seus cuidadores (pais biológicos, mães ou padrastos) percebeu-se certa aversão ao relacionamento com o gênero oposto, que o imaginário do discurso coletivo descreveu os homens como seres maldosos, símbolo de dor e sofrimento. Diante disso, internalizou-se o receio de casar e ter um companheiro, e ter filhos, aspiração negada, alimentando-se o desejo isenta do convívio com homens.

Essa resistência ao gênero oposto que parece anular possibilidades de vir a ter um relacionamento afetivo isento de agressões, foi encontrado em pesquisa com mulheres abusadas sexualmente na infância e que devido à essa experiência traumática apresentavam dificuldades para se relacionar com homens (Lira et al., 2017).

No que concerne ao período de acolhimento institucional, o Discurso Coletivo apresenta o lado bom e o ruim da experiência. Por um lado, existiu uma sensação de segurança e de proteção dos perigos à integridade física e emocional a que estivesse exposto e por outro, a sensação de aprisionamento e falta de liberdade, diante do afastamento da família e do círculo de amizade. Apesar disso, diante das experiências traumáticas sofridas, não existiu uma vontade expressa em retornar ao contexto familiar anterior.

Neste sentido, o acolhimento institucional representa uma excepcionalidade na vida de uma criança ou adolescente que vivencia situações transitórias, devidas ao afastamento do convívio familiar e ao acolhimento institucional. E diante da aproximação do período de reinserção familiar, costuma-se desenvolver expectativas negativas expressas por insegurança, ansiedade e receio de que a situação se repita (Almeida & Morais, 2016).

O sujeito coletivo também deixou transparecer certas reações hostis e repulsivas para com os educadores e cuidadores da casa, fruto das situações que originaram o acolhimento, pois apesar do seu caráter transitório, esse novo espaço, possibilita a manutenção de ligações afetivas que podem amenizar danos decorrentes da situação que ocasionou o afastamento do convívio familiar

(Gonçalves & Camarneiro, 2018). Essa convivência parcial, em um espaço diferente do local onde a violência foi vivenciada, camufla as memórias e aflora o desejo de retorno ao lar, que na realidade não se modificou, e desta forma não condiz com o fantasiado e desejado por essa criança.

Diante disso, além de caber a uma instituição de acolhimento garantir o convívio com a família, cabe também a esta estimular o vínculo entre crianças e adolescentes institucionalizadas e a equipe, que é o seu suporte (Fonseca, 2017). O sucesso disso, pode evitar fugas e amenizar o sentimento de aprisionamento tão presente durante o desenvolvimento desta pesquisa. Também é importante proporcionar uma permanência que garanta acompanhamento holístico, com base nas necessidades das meninas, de modo a contribuir para superar os danos decorrente da violência vivenciada.

Ao mesmo tempo, cabe às instituições de acolhimento, à sociedade e às instâncias legais, articular meios, para que crianças e adolescentes se reintegrem ao ambiente doméstico em convivência integral, seja com a família de origem, seja com uma família substituta. A garantia de um convívio saudável contribuirá para minimizar efeitos dos episódios vivenciados e possibilitará uma melhor qualidade de vida para essas meninas.

6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA DESENVOLVIDA

Esta pesquisa utilizou o método Pesquisa Cuidado em Grupo aliado à Observação Participante, os quais favoreceram a condução do grupo com meninas em acolhimento institucional, e por meio de escuta sensível possibilitou atingir o objetivo de compreender implicações do afastamento familiar devido os conflitos conjugais nos sentimentos dessas meninas.

Em uma relação amistosa e de cooperação, este método de trabalho comprovou ser uma ferramenta facilitadora da obtenção dos dados e de intervenção e cuidado. Estabeleceu-se um diálogo aberto e estímulo a discussões, que permitiram o compartilhamento de vivências e apreensão de dificuldades relacionadas às experiências de violência que foram externalizadas por meio de atitudes, reações ou palavras.

Me vi confrontada com verdades até então desconhecidas. No meu imaginário, família era garantia de segurança para crianças e adolescentes, lugar sagrado e inviolável. Não que seus membros não se desentendam, ao contrário, compreendendo esse espaço, como local de pluralidades, onde cada membro tem sua singularidade que precisa ser respeitada. Contudo, reafirmei, que pai, mãe ou outro cuidador pode violar direitos de filhas e filhos, expondo-os a riscos e prejuízos às suas vidas e compreendi que o uso de estratégias agressivas e desrespeitosas para a resolução de conflitos conjugais impulsionou a violência nas famílias dessas meninas, constituindo assim uma ameaça à segurança e ao desenvolvimento físico e emocional delas.

São meninas desconfiadas, carentes de afeto que alimentam desesperança em suas expectativas de futuro. O retorno aos seus lares não está incluso para a maioria, e outras não incluem a convivência com homens. Mas apesar de tudo, percebi suas potencialidades e capacidade de superação, pois vislumbram um futuro promissor, conquistado por meio de estudos, o principal meio mencionado, para alcançar uma vida melhor, uma vida livre de sofrimentos e repleta de conquistas.

Me preocupei e como nada igual, tive a oportunidade de cuidar, no sentido de preocupar-se e solidarizar-se. Os encontros proporcionaram maior tempo de convivência, permitiram reunir informações embasadas no cotidiano da casa de acolhimento institucional e não apenas em dados obtidos em conversas durante a

aplicação de entrevistas individualizadas. Conviver, perceber e interagir em momentos diversos ampliou a minha visão acerca das reações e sentimentos que emergiram nos simples gestos e falas, tantas vezes contidos. O que em mim reverberou ainda mais os preceitos da minha profissão, uma vez que como enfermeira busco atuar no cuidado ao outro de forma holística, compreendendo os aspectos físicos, sociais e psíquicos que interferem no bem-estar do ser agente de cuidado, que possui as suas particularidades diante de uma vivência comum entre um grupo, e que precisa ter suas percepções ouvidas e entendidas como base para o seu cuidado.

Quanto à instituição de acolhimento, também percebi que precisam de reforço que permitam minimizar as necessidades que emergem dessas meninas para que não sejam apenas locais de passagem, cuja preocupação se limite a atitudes mecânicas de manutenção do ambiente e preparo da alimentação. É preciso que proporcione o suporte afetivo, que demonstre carinho e preocupação, com discernimento que não substitui a família, mas que se dispõe a apoiar essas meninas de modo empático.

É importante enfatizar que o cuidado a crianças e adolescentes que vivenciam qualquer forma de violência, constitui um trabalho que precisa ser desenvolvido de forma integrada: família, sociedade e Estado que precisam se responsabilizar e executar ações direcionadas ao bem-estar físico e mental delas, além de lhes proporcionar meios para uma efetiva superação.

Findo sugerindo a implementação dos Grupos de Cuidado em Grupo de caráter interprofissional, executados por profissionais das equipes de acompanhamento em instituições de acolhimento, em conjunto com as redes de apoio que se possam somar, tais como as equipes de enfermagem das unidades básicas de saúde que sejam responsáveis pelas áreas de abrangências das instituições de acolhimento, assim como de grupos de pesquisa das Universidades, tais qual o que fazem parte as pesquisadoras deste estudo.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. G. C. de, & Morais, N. A. de. (2016). Expectativas relacionadas à reinserção familiar: um estudo com adolescentes com histórico de situação de rua, familiares e educadores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(2), 508-528. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812016000200012&lng=pt&tlng=pt.
- Boas, A.C.V.B.V., Dessen, M.A., & Melchiori, L.E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2).
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, 19(2), 43-56. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2015000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Calvinho, S. (2016). Perspectivas de mães vítimas de violência sobre as consequências nos seus filhos. 11º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, Lisboa. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/328733938_Perspetivas_de_MaesVitimas_de_Violencia.Sobre_as_Consequencias_nos_seus_Filhosas.
- Colossi, P. M., Marasca, A. R., & Falcke, D. (2015). De Geração em Geração: a violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psicologia* 46 (4), 493-502.
- Colossi, P. M., Razera, J., Haack, K.R., & Falcke, D. (2015). Violência Conjugal: prevalência e fatores associados. *Contextos Clínicos*, 8(1), 55-66.
- Conselho Nacional de Justiça. (2017). Campanha paulista atrai famílias para crianças que vivem em abrigos. Recuperado de: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85774-campanha-paulista-atrai-familias-para-criancas-que-vivem-em-abrigos>.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2009). Conselho Nacional da Assistência Social. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília, 66-100.
- Costa, C.B., Cenci, C.M.B., & Mosmann, C.P. Conflito Conjugal e Estratégias de Resolução: uma Revisão Sistemática da Literatura. (2016). *Temas em Psicologia*. Ribeirão Preto, 24(1), 325-338.
- Costenaro, R.G.S.C., Castro, P. M., & Stankowski, S. S. (2018). Coleta de dados em grupo de cuidado. In: *Metodologia da pesquisa para a enfermagem e saúde*. 1.ed. (cap.16, p. 415-428). Porto Alegre: Moriá Editora.

- Delanez, G.O. (2018). A Violência Intrafamiliar e suas Consequências no Desenvolvimento da Criança. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Recuperado de: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/geovana_delanez.pdf
- Durand, J.G., Schaiber, L.B., França, I. Jr., & Barros, C. (2011). Repercussão da exposição à violência por parceiro íntimo no comportamento dos filhos. *Revista Saúde Pública*, 45(2), 355-64.
- Faermann, L.A., & Silva, F.A. (2014). Impactos sociais na vida de crianças e de adolescentes que presenciaram violência doméstica contra suas mães. *Revista Ciências Humanas*, 7, 99-118.
- Fonseca, P.N. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 34(105), 285-96.
- Fortes, I., & Kother, M. (2017). Automutilação na adolescência - rasuras na experiência de alteridade. *Psicogente*, 20(38), 353-367. Recuperado de: <http://doi.org/10.17081/psico.20.38.2556>
- Gasman, N. (2014). O enfrentamento à violência contra as mulheres no mundo. *Cadernos Jurídicos*, São Paulo, 15(38), 145-163.
- Goncalves, A. M. P. M. P. C., & Camarneiro, A. P. (2018). Validação da *Resilience Scale* de Wagnild e Young em contexto de acolhimento residencial de adolescentes. *Revista de Enfermagem Referência*. [online], 4(17), 107-118. Recuperado de: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-02832018000200011&lng=es&nrm=iso&tlng=pt.
- Goulart, V.R., Wagner, A., Barbosa, P.V., & Mosmann, C. (2015). Repercussões do Conflito Conjugal para o ajustamento de crianças e adolescentes: um estudo teórico. *Interação Psicologia*. Curitiba, 19 (1), 147-159.
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 58-67. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>
- Hildebrand, N. A., Celeri, E.H.R.V., Morcillo, A, M., & Zanolli, M.L. (2015). Violência Doméstica e Risco para Problemas de Saúde Mental em Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28 (2), 213-221.
- Ian, M., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2019). Repercussões da Conjugalidade em Sintomas Internalizantes e Externalizantes em Filhos Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e34431>.
- Lefèvre F., Lefevre, A. M. C., Cornetta, V. K., & Araújo, S.D.T. (2010). O discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a

pílula do dia seguinte. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 20 (3),798-808.

Lefevre, F. & Lefevre, A. M. C. (2006). O sujeito coletivo que fala. *Interface*. Botucatu, 10 (20).

Lefevre, F. & Lefevre, A. M. C. (2014). Discurso do Sujeito Coletivo: intervenções comunicativas. *Texto e Contexto - Enfermagem*, 23 (2), 502-507.

Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm.

Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm.

Lima, M. (2020). 47 mil crianças no Brasil vivem em instituições de acolhimento. Observatório do Terceiro Setor. Recuperado de: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/47-mil-criancas-no-brasil-vivem-em-instituicoes-de-acolhimento/>.

Lira, M. O. S. C., Nitschke, R. G., Rodrigues, A.D., Rodrigues, V. P., Couto, T. M., & Diniz, N. M. F. (2017). Sobrevivendo ao abuso sexual no cotidiano familiar: formas de resistência utilizadas por crianças e adolescentes. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(2). Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017000050016>.

Lira, M. O..S. C., Rodrigues, V. P., Rodrigues, A. D., Couto, T. M., Gomes, N. P., & Diniz, N. M. F. (2017). Abuso Sexual na Infância e suas Repercussões na Vida Adulta. *Texto contexto - Enfermagem* [Internet]. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072017000300320&lng=en

Machado, L. E. N. (2019). Impacto no Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo em Vítimas de Violência Intrafamiliar na Infância. *Psicologado*. Recuperado de: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-da-familia/impacto-no-desenvolvimento-cognitivo-e-afetivo-em-vitimas-de-violencia-intrafamiliar-na-infancia>.

Martins, M.M. (2020). As implicações da violência doméstica na infância e nas relações de sociabilidade das crianças proveniente de lares violentos. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

- Mastroianni, F.C., Sturion, F.R., Batista, F.S., Amaro, K.C., & Ruim, T.B. (2018). (Des) acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30 (2), 223-233.
- Minayo, M. C. S. (2013). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 (2), 5-16.
- Paiva, I.L., Moreira, T.A.S., & Lima, A.M. (2019). Acolhimento institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 10 (02), 1405-1429.
- Pereira, P. S. (2017). *Mulheres em Situação de Violência: percepções sobre a perpetuação da violência em suas vidas*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Goiás.
- Piaget. J. (2013). *A psicologia da inteligência*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. ISBN 978-85-326-4680-4 – Edição Digital. Petrópolis, Rio de Janeiro: VOZES, 2013.
- Reis, D.M., Prata, L.C.G., & Parra, C.R. (2018). O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. *Psicologia pt – Portal dos Psicólogos*. Recuperado de: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>.
- Rocha, M. C. P. (2009). *A experiência da Enfermeira de unidade de terapia intensiva neonatal no uso de instrumentos para avaliar a dor em neonatos*. [Dissertação de Mestrado]. Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.
- Rosa, L.W., & Falcke, D. (2014). Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. *Revista SPAGESP*. Ribeirão Preto, 15(1).
- Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2017). A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33,1-11. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e33427>
- Santos, A.C.W., & Moré, C.L.O.O. (2011). Impacto da Violência no Sistema Familiar de Mulheres Vítimas de Agressão. *Psicologia: ciência e profissão*. Santa Catarina, 31 (2), 220-235.
- Santos, B. C. A., Ribeiro, M.C.C., Ukita, G.M., Pereira, M.P., Duarte, W.F., & Custódio, E.M. (2010). Características emocionais e traços de personalidade em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. *Boletim de Psicologia*. PePSIC, São Paulo, 60(133), 139-152.
- Santos, D.S., Magalhães, J.M., Côelho, M.C.V.S., Almeida, C.A.P.L., Viana, M.R.P., Carvalho, C.M.S., & Pereira, A. A. M. (2019). Violência doméstica contra a

mulher: visão de enfermeiros pós-graduandos em obstetrícia no Piauí. *Journal of Nursing and Health*. 9(3).

Santos, P. R. M., Araújo, L. F. S. & Bellato, R. (2016). O Campo de observação em pesquisa sobre a experiência familiar de cuidado. *Escola Anna Nery*, 20(3)

Silva, A.T.B., & Marturano, E.M. (2010). Relacionamento Conjugal, Problemas de Comportamento e Habilidades Sociais de Pré-Escolares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, 26 (1), 67-75.

Silva, J. M. M., Lima, M. C. & Ludermir, A. B. (2017). Violência por parceiro íntimo e prática educativa materna. *Revista de Saúde Pública*, 51 (34).

Silva, R.G.A., & Leal, A. Jr. (2017). Acolhimento institucional: preservação ou privação do direito à convivência familiar e o melhor interesse da criança e do adolescente? *Revista Jurídica UNIGRAN*. Dourados, 19 (37).

Souza, F.H. O., & Brito, L. M. T. de. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia Clínica*, 27(1), 41-57. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100003>.

Teixeira, M. A., Paiva, M. S., Nóbrega, S. M., & Nitschke, R. G. (2013). Manuseio com massa de modelar: uma estratégia sensível de coleta de dados na pesquisa em saúde e enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 22(3), 857-863. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000300036>.